



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCont)
Especialização em Contabilidade e Finanças Públicas Municipais (CFPM)

CLAITON SOUZA CAVALCANTE

**GRAU DE INSTRUÇÃO DO GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL E A EFICIÊNCIA DA
GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Brasília, DF
2024

Universidade de Brasília (UnB)

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Lucio Remuzat Rennó Junior

Decanato de Pós-Graduação (DPG)

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira

Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Abimael de Jesus Barros Costa

**Coordenador do Curso de Especialização em Contabilidade e Finanças
Públicas Municipais**

CLAITON SOUZA CAVALCANTE

**GRAU DE INSTRUÇÃO DO GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL E A EFICIÊNCIA DA
GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais (CCA) da Faculdade de Economia,
Administração, Contabilidade e Gestão Pública
da Universidade de Brasília como requisito à
conclusão do curso de Especialização.

Orientadora:

Profa. D.ra Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva

**BRASÍLIA, DF
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC377g Cavalcante, Claiton Souza
GRAU DE INSTRUÇÃO DO GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL E A
EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO /
Claiton Souza Cavalcante; orientador Mayla Cristina Costa
Maroni Saraiva. -- Brasília, 2024.
35 p.

Monografia (Especialização - Especialização em
Contabilidade e Finanças Públicas Municipais) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. Gestão Pública. 2. Educação. 3. Capital Humano. 4.
Recursos Cognitivos. 5. Eficiência Fiscal. I. Saraiva, Mayla
Cristina Costa Maroni, orient. II. Título.

CLAITON SOUZA CAVALCANTE

**GRAU DE INSTRUÇÃO DO GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL E A EFICIÊNCIA DA
GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais (CCA) da Faculdade de Economia,
Administração, Contabilidade e Gestão Pública
da Universidade de Brasília como requisito à
conclusão do curso de Especialização em
Contabilidade e Finanças Públicas Municipais,
aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Profa. D.ra Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva
Orientadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Profa. Ma. Gabriela de Abreu Passos
Examinadora
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

**BRASÍLIA, DF
2024**

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus pela luz que teima em me conduzir ao caminho do triunfo e ao meu irmão Jesus Cristo que com seu exemplo me faz acreditar na mudança cotidiana de todos nós.

Aos meus familiares, em especial, minha mãe e meus irmãos que com suas simplicidades transformam a dificuldade em um misto de risadas e superações.

À minha esposa, Bianca, que ao concluir este trabalho estará a poucos dias de dar à luz aos nossos bebês, sua maneira elétrica de enxergar o mundo faz com que eu me atreva a segui-la.

Aos colegas de trabalho que direta e indiretamente contribuíram com incentivo e troca de informações.

Aos colegas e professores do curso de Especialização da Universidade de Brasília, pelo carinho, companheirismo e intensa troca de informações, vocês fazem parte do meu crescimento.

À minha orientadora, professora doutora Mayla Cristina Saraiva, pela compreensão, paciência, didática e incontáveis trocas de informações que culminaram com a conclusão deste trabalho e meu aprimoramento intelectual.

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Isadora, Álvaro e Mateus, seres iluminados que possuem o poder de transformar meus dias em uma Aurora Austral.

“Educação nunca foi despesa. Sempre foi investimento com retorno garantido.”

(*Sir Arthur Lewis*)

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise sobre a relação entre a qualificação educacional dos gestores públicos municipais e o desempenho financeiro dos municípios do Estado de Mato Grosso. Fundamentado nas teorias do capital humano e dos recursos cognitivos, o estudo busca verificar se o perfil educacional do gestor público influencia a eficiência da gestão fiscal municipal.

A teoria do capital humano, conforme discutida por Becker (2009), sugere que investimentos em educação e treinamento são essenciais para o desenvolvimento econômico, equiparando esses investimentos aos realizados em máquinas e infraestrutura. Já a teoria dos recursos cognitivos, com contribuições de estudiosos como Simon (1992) e Kahneman (2013), explora como processos mentais e capacidades cognitivas impactam a tomada de decisões e a solução de problemas.

Utilizando uma abordagem quantitativa, o estudo analisa dados de 2015 a 2022, empregando análise de regressão com efeito aleatório, analisado no *software Stata®*, para investigar a influência do grau de instrução dos gestores sobre o índice de eficiência de gestão fiscal, medido pela razão entre receitas próprias e despesas liquidadas. Para lidar com *outliers*, foi utilizada a técnica de winsorização à 5%, garantindo a integridade dos dados e a precisão das análises.

Os resultados indicam que gestores municipais com maior qualificação educacional tendem a apresentar melhor desempenho na administração fiscal, refletindo em uma maior capacidade de gerar recursos financeiros para o financiamento dos municípios. O achado ressalta a importância de investimentos em capacitação técnica e educação contínua para gestores públicos, com implicações significativas para políticas públicas e práticas de controle social.

Este trabalho contribui para o entendimento das políticas educacionais e administrativas no contexto público, demonstrando a relevância da formação acadêmica dos gestores para a eficiência e eficácia da gestão municipal.

Palavras-chave: Gestão Pública; Educação; Capital Humano; Recursos Cognitivos; Eficiência Fiscal.

ABSTRACT

This work presents an analysis of the relationship between the educational qualifications of municipal public managers and the financial performance of municipalities in the State of Mato Grosso. Based on theories of human capital and cognitive resources, the study seeks to verify whether the educational profile of the public manager influences the efficiency of municipal fiscal management.

The theory of human capital, as discussed by Becker (2009), suggests that investments in education and training are essential for economic development, equating these investments with those made in machines and infrastructure. The theory of cognitive resources, with contributions from scholars such as Simon (1992) and Kahneman (2013), explores how mental processes and cognitive capabilities impact decision-making and problem solving.

Using a quantitative approach, the study analyzes data from 2015 to 2022, using regression analysis with a random effect, analyzed in Stata® software, to investigate the influence of managers level of education on the tax management efficiency index, measured by the ratio between own revenues and paid expenses. To deal with outliers, the 5% winsorization technique was used, ensuring data integrity and analysis precision.

The results indicate that municipal managers with higher educational qualifications tend to perform better in fiscal administration, resulting in a greater capacity to generate financial resources to finance municipalities. The finding highlights the importance of investments in technical training and continuing education for public managers, with significant implications for public policies and social control practices.

This work contributes to the understanding of educational and administrative policies in the public context, demonstrating the relevance of managers' academic training for the efficiency and effectiveness of municipal management.

Keywords: Public Management; Education; Human Capital; Cognitive Resources; Tax Efficiency.

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
SUMÁRIO	11
LISTA DE TABELAS	12
1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Teoria do Capital Humano	14
2.2 Teoria do Recurso Cognitivo	16
2.3 Pesquisas anteriores	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3.1 Tipologia da pesquisa	21
3.2 Obtenção dos dados e variáveis	21
3.3 Modelo econométrico e hipótese	23
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
4.1 Estatística descritiva	25
4.2 Análise de regressão	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6 REFERÊNCIAS	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo da literatura relacionada a Teoria do Capital Humano e dos Recursos Cognitivos

Tabela 2 – Grau de instrução

Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis

Tabela 4 – Resultado para definição do modelo

Tabela 5 – Características dos modelos

Tabela 6 – Efeito aleatório

Tabela 7 – Efeito fixo

1 INTRODUÇÃO

A transição da administração burocrática para a nova gestão pública no Brasil tem sido um processo gradual e complexo, atravessando diversas fases ao longo das últimas décadas (Bresser-Pereira, 2022). Esse processo responde às demandas de cidadãos cada vez mais informados, que almejam benefícios públicos pautados por critérios de qualidade, eficiência e eficácia, além de requererem por uma maior transparência e equidade na ocupação dos cargos públicos (Rátis & da Costa, 2013).

Algumas das principais mudanças e desafios identificados nesse processo incluem a reforma do Estado, visando modernizar e tornar a administração pública mais eficiente (Blonski, Prates, Costa, & Vizeu, 2017). Isso incluiu a busca também por maior eficiência, eficácia e transparência na gestão dos recursos públicos (Bresser-Pereira, 2022; da Cruz, Alencar, & de Sandes Freitas, 2022). Além disso, a ênfase na eficiência e na prestação de serviços de qualidade à população inclui a implementação de práticas gerenciais mais ágeis e eficientes.

Uma parte significativa desse processo envolveu a simplificação de procedimentos administrativos, visando agilizar os processos burocráticos para melhor atender às demandas dos cidadãos e das empresas e a introdução de tecnologias de informação e comunicação (Melo & Monteiro, 2020), que desempenhou um papel crucial nessa transição, permitindo maior transparência, agilidade e eficiência na prestação de serviços e nas operações do governo.

Nesse sentido, a nova gestão pública no Brasil tem enfatizado a importância da participação cidadã e da *accountability*, buscando maior envolvimento da sociedade civil na tomada de decisões e no monitoramento das ações do governo (Agostino, Saliterer, & Steccolini, 2022). Apesar dos avanços, é importante ressaltar que a transição para a nova gestão pública no Brasil ainda enfrenta desafios significativos, incluindo resistências burocráticas, restrições orçamentárias, demandas sociais complexas e a necessidade contínua de aprimorar as práticas de governança e gestão (Bresser-Pereira, 2017).

Dessa forma, o objetivo é verificar a necessidade de se discutir o desenvolvimento de habilidades e competências por meio da capacitação técnica dos gestores públicos, fundamentada na teoria do capital humano e na teoria dos recursos cognitivos e avaliar se o perfil do gestor público impacta o desempenho financeiro dos municípios do Estado de Mato Grosso.

De acordo com Becker (2009), a teoria do capital humano enfatiza que os investimentos em educação, treinamento e saúde das pessoas são semelhantes aos investimentos em máquinas, equipamentos e infraestrutura, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento econômico (Ceretta & Schwaab, 2020). Essa teoria influenciou fortemente a compreensão das políticas públicas, particularmente na área de educação e treinamento, fornecendo uma estrutura para avaliar os retornos dos investimentos em capital humano e como esses retornos afetam o progresso econômico de uma nação.

Por sua vez, a teoria dos recursos cognitivos é um campo interdisciplinar que se concentra nos processos mentais e nas capacidades cognitivas das pessoas. Embora não haja um autor específico associado exclusivamente a essa teoria, diversos estudiosos renomados contribuíram para seu desenvolvimento. Simon (1992) desenvolveu teorias sobre racionalidade limitada e modelagem cognitiva, contribuindo para a compreensão de como os seres humanos processam informações e tomam decisões em situações complexas.

Kahneman (2013) abordou o papel dos processos cognitivos e vieses na tomada de decisões, fornecendo *insights* sobre como os recursos cognitivos impactam o pensamento e o comportamento humano. E Nisbett (2013) sobre a teoria dos recursos cognitivos explora como os fatores atenção, memória e processamento de informações influenciam as escolhas e a solução de problemas.

Este estudo é justificado pela importância da gestão apropriada dos recursos financeiros, decorrente de uma série de reformas que moldaram além da gestão pública, o sistema público de contabilidade e seus relatórios. A introdução de relatórios financeiros consolidados no setor público, resultante dessas reformas, é considerada uma questão crucial que desafia a pesquisa acadêmica sobre prestação de contas (*accountability*) no setor público (Calado & Teixeira, 2016).

As hipóteses para este estudo baseiam-se no trabalho de Silva e Filho (2018), que revelou uma relação positiva entre o nível de instrução do gestor público e o desempenho financeiro, sugerindo que gestores mais qualificados são propensos a tomar melhor decisões e municípios que possui administradores mais qualificados apresentam melhores indicadores de gestão fiscal.

Os resultados indicam que o grau de instrução emergiu como um fator preponderante para a eficiência do gestor e que a eficiência e o desempenho organizacional são influenciados pela capacidade cognitiva dos gestores.

Este trabalho visa contribuir para intervenções práticas (controle social), para a elaboração de políticas públicas direcionadas à educação e para demonstrar à sociedade que o grau de instrução do gestor influencia no desempenho tanto educacional quanto financeiro dos municípios (Oliveira, Filho & Komatsu, 2022).

Assim, este estudo está dividido em quatro seções, além desta introdução. A seguir, apresenta-se o referencial teórico, dividido em teoria do capital humano e dos recursos cognitivos; e estudo bibliométrico sobre o tema. Posteriormente, é apresentado os procedimentos metodológicos com o modelo desenvolvido para análise dos dados usando o *software Stata*. Na seção 5 são apresentados e discutidos os resultados. Por fim, tem-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria do Capital Humano

O referencial teórico da pesquisa consiste no mapeamento epistemológico das publicações existentes, de forma a se identificar aquelas que possuem relação com o problema levantado, de forma a se entender sua evolução ao longo dos últimos anos, campos de estudo de maior concentração, artigos mais relevantes e outras informações sobre o assunto.

Avellaneda (2008) explica que, no desenvolvimento de políticas públicas municipais, sem necessariamente um administrador profissional, o responsável pelas decisões e estratégias é o prefeito. Não obstante a capacidade de um prefeito para gestão pode estar ligada à sua formação educacional, por permitir antecipar as consequências de suas ações ou omissões. É de se esperar que quanto mais qualificado educacionalmente for um prefeito, mais competentes serão suas decisões.

De acordo com a teoria do capital humano, o investimento em educação e qualificação profissional aumenta a produtividade e eficiência dos indivíduos. No contexto dos prefeitos municipais, quanto maior o grau de instrução formal, mais recursos de capital humano o prefeito terá à disposição para tomar decisões mais informadas e eficazes na gestão pública municipal.

Por outro lado, tem-se que a capacidade dos prefeitos de antecipar as consequências de suas ações ou omissões está relacionada à teoria dos recursos cognitivos. Essa teoria postula que os recursos cognitivos, como conhecimento, habilidades analíticas e capacidade de raciocínio, desempenham um papel crucial na tomada de decisões. Portanto, um prefeito com maior qualificação educacional possuiria recursos cognitivos mais desenvolvidos, o que poderia resultar em uma melhor capacidade de análise de informações e previsão de resultados de políticas públicas municipais.

Uma das questões centrais na gestão pública atual é o papel desempenhado pelo gestor público no processo de criação de valor público para a sociedade. Isso significa exercer seu direito de gestão, flexibilizando-os e ampliando sua margem de discricionariedade na tomada de decisões. Com isso, gestores públicos não exigem apenas conhecimentos, competências e habilidades de acordo com seu papel gerencial, mas também o aumento dos espaços discricionários mostra a necessidade de fortalecer, além disso, os valores e princípios em que se baseiam a gestão (Bozeman & Feeney, 2008).

Com o objetivo de melhor evidenciar e sintetizar o referencial teórico mencionado acima é que se apresenta tabela 1 com a literatura utilizada no estudo.

Tabela 1 – Resumo da literatura relacionada a Teoria do Capital Humano e dos Recursos Cognitivos

Hoang (2019)	Não utilizou a Teoria do Capital Humano e Teoria dos Recursos Cognitivos. A formação educacional é fator preponderante e considerável no aprendizado e no desempenho acadêmico de futuros profissionais.
Gallina, Júnior e Ferreira (2019)	Utilizaram a Teoria do Capital Humano e Teoria dos Recursos Cognitivos, para verificar a influência do grau de instrução formal na gestão dos municípios da região Sul do Brasil, com a intenção de provocar os eleitores a ampliar sua análise sobre os candidatos, ponderando sobre suas qualidades no campo da educação formal. Para variável dependente utilizaram o Índice de Desempenho Fiscal (IDF). Para variável explicativa o Grau de Escolaridade (GE) de cada prefeito eleito. Para variáveis de controle utilizaram o PIB e População, além da idade do Prefeito.
Moullick e Taylor (2017)	Não utilizaram a Teoria do Capital Humano e Teoria dos Recursos Cognitivos. Afirmam que para a obtenção de bons resultados orçamentários em escolas públicas do Texas, o gestor necessariamente precisa possuir um staff (funcionários) qualificado.
Lima e Diniz (2016, p.260)	Não utilizaram a Teoria do Capital Humano e Teoria dos Recursos Cognitivos. Utilizaram o Produto Interno Bruto (PIB) como índice a ser utilizado para medir a eficiência.
Gomes, Alfinito e Albuquerque (2013)	Utilizaram a Teoria dos Recursos Cognitivos para aferir a qualificação educacional do prefeito e atestar que líderes qualificados têm maior probabilidade de apresentar melhores resultados e tomar melhores decisões. Propuseram um índice que visa medir o nível de autossuficiência dos municípios, o índice é resultante da soma dos impostos de arrecadação própria, dividido pelo total das despesas.

Gonçalves e Antunes (2013)	Não utilizaram a Teoria do Capital Humano e Teoria dos Recursos Cognitivos. Plano Plurianual (PPA) que é o instrumento de planejamento estratégico dos governos e gestores mais qualificados são melhores executores dos programas do plano plurianual.
Tingjin (2012)	Utilizou a Teoria do Capital Humano para demonstrar que é uma poderosa ferramenta para explicar a velocidade de ascensão nos cargos públicos em municípios chineses.
Avellaneda (2008)	Utilizou a Teoria do Capital Humano e Teoria dos Recursos Cognitivos, com o objetivo de demonstrar que quanto mais qualificado educacionalmente for um prefeito, mais competentes serão suas decisões. Logo, a qualidade gerencial é operacionalizada em razão da melhor formação educacional e experiência profissional. Quanto mais qualificado educacionalmente for um prefeito, mais competentes serão suas decisões.
Fiedler e Gibson (2001)	A Teoria dos Recursos Cognitivos prevê que a inteligência tem um peso mais alto em situações com baixo nível de <i>stress</i> , enquanto a experiência contribui mais efetivamente quando o grupo enfrenta um nível de <i>stress</i> alto.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Esse referencial teórico divide-se em duas subseções, primeiramente tem-se nesta subseção a exposição das teorias do capital humano e dos recursos cognitivos, enquanto a seguir será apresentado estudos recentes que analisaram a gestão pública por meio destas e outras teorias.

A formação educacional é fator preponderante e considerável no aprendizado e no desempenho acadêmico de futuros profissionais (Hoang, 2019), bem como em seus relacionamentos sociais.

A Teoria do Capital Humano com relação a políticas públicas, demonstrou que é uma poderosa ferramenta para explicar a velocidade de ascensão nos cargos públicos em municípios chineses (Tingjin, 2012).

2.2 Teoria do Recurso Cognitivo

Por outro lado, a Teoria dos Recursos Cognitivos prevê que a inteligência tem um peso mais alto em situações com baixo nível de *stress*, enquanto a experiência contribui mais efetivamente quando o grupo enfrenta um nível de *stress* alto (Fiedler & Gibson, 2001).

As mesmas teorias foram utilizadas por Silva e Filho (2018), onde a teoria dos recursos cognitivos assume que líderes mais inteligentes e qualificados fazem melhores planos e decisões do que aqueles com menos capacidade e conhecimento e a teoria do capital humano, a qual demonstra que os investimentos aplicados na formação educacional das pessoas produzem o desenvolvimento de habilidades e competências que se refletem positivamente nos trabalhadores aumentando assim a produtividade deles.

Por outro lado, Moulick e Taylor (2017) afirmam que para a obtenção de bons resultados orçamentários em escolas públicas do Texas, o gestor necessariamente precisa possuir um staff (funcionários) qualificado para dessa forma melhor desempenhar os trabalhos.

Evidências empíricas no trabalho de Silva e Filho (2018), demonstrou que o nível de educação formal do prefeito explica, em parte, o desempenho financeiro dos municípios. Isso se relaciona, portanto, com o argumento da teoria do capital humano, de que a formação educacional das pessoas produz o desenvolvimento de habilidades e competências que as capacita melhor para o desempenho de atividades profissionais, bem como se relaciona, também, com a teoria dos recursos cognitivos, a qual afirma que líderes mais inteligentes e qualificados realizam melhores planejamentos e tomam decisões mais assertivas do que líderes com menos capacidade cognitiva e conhecimento.

Os resultados encontrados por Gonçalves e Antunes (2013) sugerem a aplicação de um instrumento de pesquisa que permite a avaliação do nível de maturidade do alinhamento estratégico organizacional em programas de natureza pública juntamente com a discussão dos alinhamentos dos programas de governo com as unidades de apoio, para dessa forma estudar a sinergia entre as diversas unidades governamentais.

Gallina *et al.* (2019), confirmaram a hipótese inicial do estudo, evidenciando que, de fato, uma melhor gestão passa, em alguma medida, pelo grau de escolaridade do gestor. O estudo não adentrou em detalhes ligados ao corpo técnico das prefeituras, da quantidade de servidores, da estrutura de trabalho, e outros fatores que influenciam o Índice de Desempenho Fiscal medido no trabalho, porém, fato é

que a escolaridade do gestor é estatística e economicamente significativa para explicação do desempenho financeiro municipal.

Diante da lacuna deixada pelo trabalho de Gallina *et al.* (2019), tendo em vista que o tema gestão municipal é extremamente complexo, é que este trabalho busca averiguar o quanto o grau de instrução do gestor influencia na gestão financeira municipal.

Sabe-se que pesquisas ligadas à gestão municipal atendem tanto a interesses de gestores quanto a de cidadãos. Para os gestores, estudos que contribuam para compreender quais fatores podem conduzir a uma gestão pública mais eficiente e promissora. Da mesma forma que, para o cidadão, conhecer mais profundamente as variáveis que conduzem a uma melhor gestão os municia com elementos para acirrar a cobrança por melhores serviços públicos e uma gestão mais profissional por parte dos gestores (Gallina *et al.*, 2019).

Os estudos internacionais analisados, sobretudo de países da Europa e da Ásia Central, demonstram que esses países, ao contrário do Brasil, fornecem aos seus cidadãos uma educação básica de qualidade; os cidadãos da região começam sua vida produtiva em uma posição muito melhor do que seus pares em outras regiões menos ricas do mundo (Moulick & Taylor, 2017; Nguyen-Hoang, 2019).

No entanto, o ambiente que enfrentam ao colocar seu capital humano para trabalhar é diferente do dos países mais pobres, pois a natureza da demanda trabalhista é tal que a educação básica plena não é suficiente para garantir um emprego produtivo.

Por sua vez, a Teoria dos Recursos Cognitivos é uma teoria da liderança da psicologia organizacional desenvolvida como uma reconceituação do modelo de contingência de Fiedler¹. A capacidade cognitiva de um líder contribui para o desempenho da equipe apenas quando a abordagem do líder é diretiva.

Quando os líderes são melhores em planejamento e tomada de decisões, para que seus planos e decisões sejam implementados, eles precisam dizer às pessoas o

¹ A teoria da contingência situacional de Fiedler sustenta que a eficácia do grupo depende de uma combinação apropriada entre o estilo de um líder (essencialmente uma medida de característica) e as demandas da situação.

que fazer, em vez de esperar que concordem com elas. Quando eles não são melhores do que as pessoas da equipe, então uma abordagem não diretiva é mais apropriada, por exemplo, onde eles facilitam uma discussão aberta onde as ideias da equipe podem ser expostas e a melhor abordagem identificada e implementada (Gallina *et al.*, 2019).

A experiência de tomada de decisão sob estresse também contribuirá para uma decisão melhor do que tentar atrapalhar apenas com o poder do cérebro. Para tarefas simples, a inteligência e a experiência do líder são irrelevantes. Quando os subordinados recebem tarefas que não precisam de direção ou apoio, então não importa quão bom o líder seja em tomar decisões, porque elas são fáceis de fazer, mesmo para subordinados, e, portanto, não precisam de mais apoio (Gallina *et al.*, 2019).

Assim, a referência ao nível educacional dos prefeitos e sua influência na gestão municipal está intimamente ligada tanto à teoria do capital humano quanto à teoria dos recursos cognitivos, pois ambas destacam a importância dos recursos educacionais e cognitivos na eficácia da tomada de decisões e na gestão pública.

2.3 Pesquisas anteriores

Estudo realizado por Gallina, Júnior e Ferreira (2019) investigou a influência do grau de instrução formal na gestão municipal, utilizando como métrica o Índice de Desempenho Fiscal, que relaciona Arrecadação Própria e Despesa Líquida. A análise revelou uma associação positiva significativa entre o grau de educação dos prefeitos e o desempenho fiscal dos municípios na região sul do Brasil. Esses resultados sugerem que gestores municipais com maior qualificação educacional tendem a alcançar melhores resultados na gestão fiscal.

Em contraste, o estudo de dos Santos, Libonati, dos Santos, Vieira, e Bezerra Filho (2023) examinou as irregularidades nas contas de governo dos municípios pernambucanos, destacando que as mais comuns estão relacionadas a limites constitucionais/legais e gestão fiscal/financeira. A análise SUR indicou que características como idade, afiliação partidária e experiência política dos prefeitos têm

impactos variados nessas irregularidades, sublinhando a complexidade das dinâmicas socioeconômicas na gestão municipal.

Por outro lado, Gomes *et al.* (2013) exploraram os determinantes do desempenho financeiro de municípios em Minas Gerais, encontrando que o tamanho da cidade influencia a capacidade de gerenciar recursos financeiros, com cidades menores enfrentando maior dependência de recursos externos. O estudo também destacou que a qualificação pessoal dos prefeitos, especialmente sua formação educacional, desempenha um papel crucial, mesmo quando apoiada por equipes de assessoria competentes.

A pesquisa de Avellaneda (2009), realizada na Colômbia, analisou os efeitos da qualidade gerencial na educação municipal, demonstrando que prefeitos com maior educação formal e experiência anterior contribuem significativamente para melhorar a cobertura educacional nas áreas estudadas. Esses achados corroboram a importância da qualificação dos gestores públicos na efetividade das políticas municipais.

Além disso, estudos como o de Silva e Filho (2023) sobre o Índice de Efetividade da Gestão Municipal ressaltam a relação entre transparência, planejamento profissional e desempenho municipal, enfatizando que gestões mais bem planejadas tendem a ser mais transparentes e eficazes na administração dos recursos públicos.

Finalmente, Carneiro e Costa (2021) examinaram os determinantes do erro de previsão orçamentária em municípios brasileiros, evidenciando que a precisão das previsões orçamentárias é crucial para a estabilidade financeira. Eles encontraram que variáveis como Restos a Pagar não Processados estão associadas a desvios significativos na execução orçamentária, apontando para a importância da gestão financeira eficiente e do planejamento governamental adequado.

Conclui-se que a educação e a experiência dos prefeitos são fatores determinantes não apenas do desempenho fiscal e financeiro dos municípios, mas também da eficiência na execução de políticas públicas, destacando a necessidade de políticas que promovam a qualificação e a capacitação dos gestores municipais como meio de melhorar a governança local e os resultados para a população.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipologia da pesquisa

A base de discussão do estudo é de abordagem quantitativa originada da linha filosófica positivista, de natureza básica, objetivo descritivo, com dados em painel, obtidos nos sítios eletrônicos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Portal Brasileiro de Dados Abertos, para os anos 2015 a 2022.

A abordagem quantitativa empregada caracterizará o perfil do gestor por meio de métricas como índice de eficiência, Produto Interno Bruto (PIB), grau de instrução, restos a pagar processados (RPP) e percentual da despesa, inseridos após tratamento dos dados na planilha Excel, na versão 16 do *software Stata®*.

Para Günther (2006), e Silveira e Córdova (2009), a pesquisa quantitativa busca obter dados quantificáveis de forma objetiva que são expressos numericamente através de modelos estatísticos e matemáticos, cujos pesquisadores que a empregam, fazem uso de softwares específicos para modelar e extrair os resultados.

3.2 Obtenção dos dados e variáveis

Este estudo utiliza um conjunto de dados composto por informações provenientes de 141 municípios mato-grossense que enviaram dados para a base do Finanças Brasil (FINBRA).

Em relação ao período de 2015 até 2022, foi pelo fato de que em 2014, houve a criação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), um sistema em ambiente *web*, utilizado para o envio das Contas Anuais dos entes à STN, no entanto foi a partir de 2015 que houve um aumento substancial de envio de relatórios por parte dos municípios (STN, 2024), quanto a 2022, foi em razão do prazo legal, dado que a maioria dos municípios ainda não tinham enviado as informações referentes a 2023, e as de 2024 serão enviadas a partir de abril de 2025 (art. 51, §1º) (Brasil, 2000).

Quanto ao número de municípios, a partir de 2024 o Estado de Mato Grosso passou a contar com 142 em decorrência de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento de convalidação de Lei Estadual (ADPF 819) (STF, 2023).

A variável dependente (y) utilizada neste estudo foi denominada de índice de eficiência de gestão fiscal (1), criada a partir da divisão dos indicadores de receitas próprias pelas despesas liquidadas (Gallina, Júnior & Ferreira, 2019), ambos indicadores foram extraídos do FINBRA.

$$IEGF = \frac{\text{Receita Própria}}{\text{Despesa Liquidada}} \quad (1)$$

A utilização desses indicadores visa demonstrar que a receita própria mensura a capacidade da administração pública municipal angariar recursos. Assim, o índice que resulta dessa divisão mede a capacidade da administração pública de gerar os recursos financeiros para o seu financiamento. Nesse aspecto, esse índice pode evidenciar um dos pontos mais críticos para a gestão fiscal eficiente das prefeituras, qual seja, a baixa capacidade de se sustentarem (Firjan, 2023).

As métricas para as variáveis independentes (x), como PIB foi extraído do portal do IBGE, quanto aos dados relativos ao grau de instrução dos prefeitos são disponibilizados no sítio do TSE e classificados em sete níveis como demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 – Grau de instrução

Escolaridade	Classificação
Lê e escreve	1
Ensino Fundamental Incompleto	2
Ensino Fundamental Completo	3
Ensino Médio Incompleto	4
Ensino Médio Completo	5
Ensino Superior Incompleto	6
Ensino Superior Completo	7

Fonte: elaborada pelo autor

Quanto aos RPP e os indicadores que compõem o percentual da despesa, ambos foram obtidos na base de dados do Finanças Brasil (FINBRA) administrado pela STN.

Em relação ao PIB, trata-se de uma medida agregada utilizada na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região, e estudos demonstram significativa correlação com o índice de eficiência de gestão fiscal (Lima & Diniz 2016).

Além das variáveis mencionadas, o estudo também utiliza a variável “percentual da despesa” (2), que é o quociente da execução da despesa obtido pela divisão da despesa executada pela despesa atualizada.

$$InDesp = \frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Despesa Atualizada}} \quad (2)$$

Este indicador é útil para monitorar a execução orçamentária e avaliar se os gastos estão conforme o planejado, segundo Kohama (2015, p.129) o resultado ideal desse indicador deve ser menor que 1, que significa o quanto a despesa atualizada foi utilizada na execução da despesa.

3.3 Modelo econométrico e hipótese

A técnica aplicada para a estimar os resultados foi a regressão linear múltipla como modelo probabilístico, com estimador de feito aleatório. Os dados foram organizados em forma de painel desbalanceado, porque mesmo dessa forma os dados em painel podem enriquecer a análise aplicada ao ponto de ser impossível usarmos apenas dados de séries temporais ou de corte transversal (Gujarati & Porter, 2011, p.589).

O modelo probabilístico da regressão linear múltipla é uma técnica cuja finalidade principal é obter uma relação matemática entre uma das variáveis estudadas (variável dependente) e o restante das variáveis que descrevem o sistema (variáveis independentes ou explicativas), e reduzir um grande número de variáveis para poucas dimensões com o mínimo de perda de informação, permitindo a detecção dos principais padrões de similaridade, associação e correlação entre as variáveis (Sassi *et al.*, 2011).

Diante disso apresenta-se as seguintes hipóteses: hipótese 1: Quanto maior o grau de instrução do gestor mais bem aplicados e investidos são os recursos públicos e hipótese 2: Municípios que possui gestor mais qualificado apresentam melhores indicadores de gestão fiscal.

Dessa forma, após a tabulação dos dados em planilha eletrônica do Excel, os dados foram inseridos no *software Stata®* para a criação das variáveis e de todas demais etapas relacionadas a econometria que originaram o modelo empírico apresentado pela seguinte equação (3):

$$(Ind_eficiência_{i,t}) = \beta_0 + \beta_1(Grau_instrução) + \beta_2(Ind_despesa_{i,t}) + \beta_3(RPP_{i,t}) + \beta_4(PIB_{i,t}) + \varepsilon \quad (3)$$

Onde: i = respectiva variável; t = tempo da respectiva variável; ε = Erro no tempo.

A métrica (modelo) adotada destaca a importância de fatores como a solvência financeira, neste caso representada pelo índice de despesa, e a capacidade de gestão fiscal dos municípios administrados por gestores com desempenho educacional razoável (Gomes, Alfinito & Albuquerque, 2013; Moulick & Taylor, 2017; Oliveira, Filho & Komatsu, 2022).

Durante a análise dos dados foi identificado valores atípicos (*outliers*), isso se deu em razão da diferença econômica extrema, como por exemplo, entre os municípios de Cuiabá e Araguinha, a maior e menor economias, respectivamente, por isso foi executada a técnica de winsorização, por meio do *software Stata®*. No presente estudo, a winsorização foi realizada ao nível de 5%-95%, de acordo com os estudos realizado por Martinez *et al.* (2022).

A winsorização é um método utilizado para melhorar a qualidade da análise estatística quando identificado *outliers*, mantendo a integridade dos dados e reduzindo o impacto de valores extremos (caldas), sem remover os valores atípicos. Para Lien e Balakrishnan (2005), a winsorização simétrica é frequentemente adotada na literatura contábil para limpeza de dados em análises de regressão antes da estimativa dos parâmetros.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Estatística descritiva

Na tabela 3 são apresentadas as estatísticas descritivas. Na média, os municípios do Estado de Mato Grosso possuem um índice de eficiência de 441,16 (0,4412), indicando que sua arrecadação é insuficiente para fazer frente a todas as despesas do período. Em relação ao grau de instrução, em uma escala de 1 a 7, os dados apontam que, na média, os gestores públicos dos municípios possuem nível médio completo (=5). O achado evidencia que, mesmo com relativa facilidade para realizar curso superior, como exemplo temos a educação a distância, mesmo assim, a procura pela educação de nível superior, demonstra desinteressada por parte dos gestores.

Quanto ao índice de despesa, nota-se que os municípios apresentam, na média, coeficiente de 440,67 (0,4407), evidenciando o quanto a despesa atualizada (fixada legalmente) foi utilizada como despesa liquidada. Estamos diante do quociente da execução da despesa.

Os restos a pagar processados e PIB apresentam média de 530,39 e 564,50, respectivamente. Os resultados referentes ao PIB vão ao encontro de Clark e Ferguson (1983 *as cited in* Lima & Diniz, 2016), com a justificativa de que a aplicação do esforço tributário depende em grande parte de decisões políticas, em regra, de gestores qualificados. Com relação a variável ano não apresenta variação substancial pois é uma variável categórica representando anos, com uma média de 2018,5 e um desvio padrão de 2,29. Os dados abrangem os anos de 2015 a 2022.

Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis

Variáveis	Nº Obs	Média	Desvio Padrão	Min	Max
Ind_ eficiência	1,082	441.16	314.25	1	997
Grau_ instrução	1,082	5.41	1.71	1	7
Ind_ despesa	1,082	440.67	313.82	1	996
RPP	1,082	530.39	297.23	1	938
PIB	1,082	564.50	325.76	1	1082
Ano	1,082	2018.50	2.29	2015	2022

Ind_ eficiência: Índice de eficiência de gestão fiscal (variável dependente); Grau_ instrução: Grau de instrução do gestor; Ind_ despesa: Índice de despesa; RPP: Restos a pagar processados; PIB: Produto Interno Bruto do Município. Os valores "Min" e "Max" foram reduzidos para melhor visualização.

Fonte: dados da pesquisa (2024)

O teste de Chow compara as regressões de efeito pooled com efeito fixo, e demonstra se os coeficientes de um modelo de regressão são iguais em diferentes períodos ou grupos e como visualizado na tabela 4, o resultado demonstra a rejeição do efeito pooled (hipótese nula).

Enquanto o teste de Breusch and Pagan compara o efeito pooled com efeito aleatório e como demonstrado na tabela o efeito aleatório se mostrou mais adequado, pois o valor de probabilidade de 0,0000 sugere que há fortes evidências contra a hipótese nula, indicando que há heterocedasticidade presente nos dados.

Para Maia (2017, p.204), uma das causas de heterocedasticidade é a ocorrência de valor extremo na amostra que pode inflacionar a variabilidade em um determinado ponto do ajuste. No presente estudo há indícios dessa afirmação quando se verifica o *outlier* decorrente da extrema diferença econômica (variável PIB) entre os municípios de Cuiabá e Araguainha, respectivamente, a maior e menor economias do Estado de Mato Grosso.

Por fim, o teste de Hausman que é utilizado para comparar qual modelo é o mais apropriado para análise de dados em painel, se efeito fixo ou de efeito aleatório.

No presente estudo o valor de probabilidade de 0,0563, demonstrado na tabela 4, está ligeiramente acima do nível de significância de 0,05 (5%), o que significa que a hipótese nula não deve ser rejeitada com um nível de confiança de 95%, indicando que o modelo de efeitos aleatórios pode ser o apropriado.

Tabela 4 – Resultado para definição do modelo

Teste	Resultado
Chow	Prob > F = 0.0000
Breusch and Pagan	Prob > chibar2 = 0.0000
Hausman	Prob > chi2 = 0.0563

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Dado que durante a análise os modelos de efeito fixo e aleatório se mostraram robustos a explicar uma alta proporção da variabilidade na eficiência das informações, prova disso é a probabilidade de 0,0563, ou seja, muito próximo de 5%. Em razão dessa proximidade, foi necessário analisar pontos específicos entre os dois modelos para orientar a escolha pelo modelo de efeitos aleatórios, conforme demonstrado na tabela 5.

Tabela 5 – Características dos modelos

Variância	Efeitos Aleatórios	Efeitos Fixos
R^2 overall	0,9361	0,9360
Sigma_u	12,122671	20,193475
Rho	0,02383035	0,0634404

R^2 overall: variância total na variável dependente que é explicada pelas variáveis independentes, quanto maior melhor; Sigma_u: variância individual aos efeitos das variáveis, quanto menor melhor. Rho: variância total aos efeitos individuais das variáveis, quanto menor melhor.

Fonte: dados da pesquisa (2024)

4.2 Análise de regressão

Sobre a regressão de efeitos aleatórios *Bell et al.* (2019) argumentam que, na maioria dos cenários de pesquisa, um modelo de efeitos aleatórios bem especificado fornece tudo o que o efeito fixo fornece e mais, tornando-o o método superior para a maioria dos pesquisadores. Adicionalmente, a abordagem de efeitos aleatórios é popular entre os pesquisadores empíricos, em parte devido à sua simplicidade, mas também porque pesquisas recentes mostram que quantidades de interesse (outros tipos de efeitos) são identificadas sob restrições não paramétricas na distribuição da heterogeneidade dos dados da amostra (Wooldridge, 2019).

Tabela 6 – Efeito aleatório

Random-effects GLS regression		Number of obs		=	1,082	
Group variable: ano		Number of groups		=	8	
R-sq:		Obs per group				
within	= 0.9365	min		=	105	
between	= 0.9818	avg		=	135.3	
overall	= 0.9361	max		=	141	
		Wald chi2(5)		=	15841.65	
corr(u i, X) = 0 (assumed)		Prob>chi2		=	0.0000	
ind eficiencia	Coef.	Std.Err.	z	P> z	95% Conf.	Interval
pib	-.0041332	.0074097	-0.56	0.577	-.0186559	.0103895
grau instrucao	3.059442	1.417651	2.16	0.031	.2808959	5.837988
RPP	-.0255235	.0080519	-3.17	0.002	-.0413049	-.0097421
ind despesa	.1031332	.0078024	13.22	0.000	.0878407	.1184256
ind eficiencia2	.0009942	.00000813	122.31	0.000	.0009783	.0010101
cons	104.0729	11.89692	8.75	0.000	80.75539	127.3904
sigma_u	12.122671					
sigma_e	77.588223					
rho	.02383035	(fraction of variance due to u i)				

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Conforme os resultados encontrados, tabela 6, o grau de instrução emergiu como um fator preponderante para a eficiência do gestor, em concordância com que é preconizado por Hoang (2019). Este achado está alinhado com a Teoria do Capital Humano, que sugere que o investimento em educação e formação pode melhorar a produtividade e desempenho dos indivíduos no ambiente de trabalho. A formação educacional não apenas proporciona conhecimento técnico e habilidades específicas, mas também desenvolve competências cognitivas e analíticas essenciais para a tomada de decisões eficazes.

Os resultados da regressão indicam que o coeficiente de determinação (correlação), R^2 overall, é elevado, alcançando 0,9361. Isso significa que cerca de 93,61% da variabilidade na eficiência dos gestores pode ser explicada pelas variáveis incluídas no modelo.

Essa descoberta está em consonância também com as conclusões de Gallina, Júnior e Ferreira (2019), e Avellaneda (2008), que destacam a importância do grau de instrução dos gestores na eficiência e qualidade de suas decisões. Gestores mais qualificados tendem a apresentar melhores resultados, conforme evidenciado tanto na literatura quanto nos resultados da regressão.

Além disso, a análise dos resultados corrobora a Teoria dos Recursos Cognitivos, que postula que a eficiência e o desempenho organizacional são influenciados pela capacidade cognitiva dos gestores. O conhecimento adquirido por meio da educação formal pode ampliar as habilidades cognitivas dos gestores, permitindo uma melhor compreensão e interpretação de informações complexas, bem como a formulação e implementação de estratégias mais eficazes.

Além do grau de instrução do gestor, a regressão também inclui outras variáveis de controle, como receita própria, restos a pagar processados, percentual de execução da Lei Orçamentária Anual (LOA), neste caso as despesas executada e atualizada e outras variáveis demográficas e econômicas. Estas variáveis foram escolhidas com base nas teorias e estudos anteriores, como Moulick e Taylor (2017) e Gomes, Alfinito e Albuquerque (2013), que destacam a importância de fatores como a solvência financeira e a capacidade de gestão fiscal dos municípios para explicar a eficiência dos gestores.

Apesar da escolha pela regressão de efeitos aleatórios, que permite lidar com dados de estruturas complexas, como painéis de dados longitudinais, os resultados indicam um alto grau de explicação do modelo proposto. No entanto, é importante ressaltar que a presença significativa de heteroscedasticidade nos resíduos, conforme indicado pelo teste Breusch and Pagan, tabela 4, pode afetar a precisão das estimativas.

Com base nos resultados da regressão, tabela 6, e nas evidências da literatura, pode-se concluir que investimentos em educação e qualificação dos gestores são fundamentais para melhorar a eficiência e qualidade da gestão pública. Com essas evidências pode-se sanar as irregularidades encontradas nas contas de governo dos municípios pernambucanos, dado que as irregularidades estão relacionadas com os perfis dos prefeitos (Santos *et. al.*, 2023).

Além disso, políticas que promovam a transparência, responsabilidade fiscal e execução eficiente do orçamento também podem contribuir significativamente para o desempenho dos gestores e para o desenvolvimento sustentável dos municípios, para Matias-Pereira (2016) a qualificação profissional dos gestores públicos, também atende a finalidade de propor benefícios para a sociedade, a ciência e a academia.

A título de visualização é demonstrado na tabela 7 a regressão com efeito fixo, onde é possível observar que os R^2 (within e between) são idênticos, com pequena diferença dos valores *overall*, entre os modelos de efeito fixo e aleatório. Não obstante, em que pese o presente estudo ter adotado o modelo de efeito aleatório, em trabalhos futuros é recomendável considerar outras abordagens de modelagem que possam lidar adequadamente com essa questão, como modelos de séries temporais (ARIMA) ou modelos de painel dinâmico.

Tabela 7 – Efeito Fixo

Fixed-effects (within) regression
 Number of obs
 =
 1082

Group variable: ano
 Number of groups
 =
 8

R-sq:
 within
 =
 0.9365
 Obs per group:
 min
 =
 105

between
 =
 0.9818
 avg
 =
 135.3

overall
 =
 0.9360
 max
 =
 141

F(5,1069)
 =
 3153.70

corr(u_i, Xb)
 =
 0.1534
 Prob>F
 =
 0.0000

ind eficiencia	Coef.	Std.Err.	t	P> t	95% Conf.	Interval
pib	-.0032584	.0073957	-0.44	0.660	-.0177701	.0112534
grau instrucao	2.994.358	1.412.889	2.12	0.034	.2220075	5.766.709
RPP	-.0250831	.0080313	-3.12	0.002	-.040842	-.0093241
ind despesa	.1004322	.0078423	12.81	0.000	.0850442	.1158203
ind eficiencia2	.0009924	.00000812	122.26	0.000	.0009765	.0010083
cons	1.052.267	1.105.654	9.52	0.000	8.353.174	1.269.217
sigma_u	20.193.475					
sigma_e	77.588.223					
rho	.0634404 (fraction of variance due to u_i)					

F test that all u_i=0: F(7, 1069) = 8.97
 Prob > F = 0.0000

Fonte: dados da pesquisa (2024)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste estudo, ao considerar a influência do grau de instrução dos gestores na eficiência, corroboram com diversas perspectivas encontradas na literatura acadêmica. A Teoria do Capital Humano e a Teoria dos Recursos Cognitivos emergem como abordagens teóricas relevantes para compreender como a formação educacional dos gestores impacta sua eficiência e

capacidade de tomada de decisões. Essa análise comparativa reforça a importância de investimentos em educação e qualificação profissional na gestão pública, contribuindo para o aprimoramento da eficiência e qualidade dos serviços prestados pelos gestores.

Importante ressaltar, em que pese, haver outros modelos estimadores estatísticos, dada a robustez do modelo de efeitos aleatórios, sua utilização não invalida os resultados obtidos, pelo contrário, o coeficiente de determinação R^2 *overall* encontrado, de 0,9361, indica que o modelo apresentado explica 93,61% da variação na eficiência dos gestores, se correlacionada com as variáveis explicativas (independentes).

Ademais, utilizar um estimador específico em detrimento de outro estimador considerado viesado ou inconsistente pode ajudar um pesquisador a escolher o melhor modelo, agregar valor à sua pesquisa e a fornecer novas pesquisas sobre um tema escolhido.

O estudo revela a amplitude da formação acadêmica dos gestores, fundamentada nas teorias do Capital Humano e Recursos Cognitivos, e ressalta a relevância de aspectos como saúde financeira e práticas de gestão fiscal municipal na análise da efetividade dos gestores.

Não obstante, a eficiência dos gestores está diretamente ligada a necessidade de se manter o equilíbrio das contas públicas nos moldes dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para conseqüentemente ofertar melhores serviços ao contribuinte.

Assim, o presente estudo além de demonstrar a importância de investimentos em educação e qualificação profissional dos gestores públicos, também objetiva trazer vantagens para o meio acadêmico, para futuras pesquisas e acima de tudo para a sociedade.

Para trabalhos futuros sugere-se testar o modelo em outras unidades da federação, utilizando o grau de eficiência com a incorporação de outras variáveis, tais como se o prefeito foi reeleito ou não, o sexo do gestor, quantidade e valores de precatórios e se o gestor é do mesmo partido político do governador do estado com aplicação de regressão com modelos de séries temporais ou de painel dinâmico.

6 REFERÊNCIAS

- Agostino, D., Saliterer, I., & Steccolini, I. (2022). Digitalization, accounting and accountability: A literature review and reflections on future research in public services. *Financial Accountability & Management*, 38(2), 152-176. <https://doi.org/10.1111/faam.12301>
- Avellaneda, C. N. (2008). Municipal performance: does mayoral quality matter?. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 19(2), 285-312. <https://doi.org/10.1093/jopart/mun001>
- Becker, G. S. (2009). Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education. *University of Chicago press*.
- Bell, A., Fairbrother, M., & Jones, K. (2019). Fixed and random effects models: making an informed choice. *Quality & quantity*, 53, 1051-1074. <https://doi.org/10.1007/s11135-018-0802-x>
- Blonski, F., Coelho Prates, R., Costa, M., & Vizeu, F. (2017). O Controle Gerencial na Perspectiva do New Public Management: O Caso da Adoção do Balanced Scorecard na Receita Federal do Brasil. *Administração Pública E Gestão Social*, 1(1), 15–30. <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i1.4912>
- Bozeman, B., & Feeney, M. K. (2008). Public Management Mentoring: What Affects Outcomes? *Journal of Public Administration Research and Theory*, 19(2), 427–452. <https://doi.org/10.1093/jopart/mun007>
- Brasil. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (2000). Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Bresser-Pereira, L. C. (2017). Reforma gerencial e legitimação do estado social. *Revista de administração Pública*, 51, 147-156. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612166376>
- Bresser-Pereira, L. C. (2022). Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, 73(b), 53-87. <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1734>
- Calado, J. E. S., & Teixeira, A. M. C. (2016). Demonstrações contábeis no setor público brasileiro: A percepção dos profissionais que elaboram as informações. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 19(3), 485–503. https://doi.org/10.21714/1984-3925_2016v19n3a8
- Carneiro, L. M., & Costa, M. C. (2021). Fatores associados ao erro de previsão de despesa orçamentária nos Municípios Brasileiros. *Cadernos de Finanças Públicas*, 21(02). <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2021.121>

- Ceretta, P. S., & Schwaab, K. S. (2020). Efeitos Heterogêneos do Capital Humano nos Salários: uma análise quantílica na Região Sul do Brasil. *Desenvolvimento em Questão*, 18(51), 147-167. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.51.147-167>
- Cruz, R. R. da, Alencar, H. M. S., & de Sandes Freitas, V. E. V. (2022). Teoria da burocracia na administração pública brasileira: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 13(3), 1-16.
- Fiedler, F. E., & Gibson, F. (2001). Determinants of effective utilization of leader abilities. *Concepts for Air Force Leadership*, 24(2), 171-176.
- FIRJAN. (2023). Portal da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. <https://www.firjan.com.br/ifgf/metodologia/>
- Gallina, A. S., Junior, A. E. S. R., & Ferreira, J. C. (2019). Teoria dos recursos cognitivos e capital humano: a influência do grau de instrução formal na gestão dos municípios da região sul do Brasil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 18, 1-14. <https://doi.org/10.16930/2237-766220192828>
- Gomes, R. C., Alfinito, S., & Albuquerque, P. H. M. (2013). Analyzing local government financial performance: evidence from Brazilian municipalities 2005-2008. *Revista de Administração Contemporânea*, 17, 704-719. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552013000600005>
- Gonçalves, A. O., & Antunes, M. C. (2013). Maturidade do Alinhamento Estratégico entre órgãos gestores e executores de programas: estudo introdutório em seis programas do Governo Federal. *Revista Gestão & Planejamento*, 14(3), 513-535.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). Econometria básica (5th ed.). Grupo A. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580550511> (BCE-UNB)
- Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 22, 201-209. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>
- Hoang, P. N. (2019). Does the Cost-Cutting Strategy of Closing Public Schools Provide Financial Benefits? Evidence From Ohio. *Public Budgeting & Finance*, 1-19. DOI: 10.1111/pbaf.12236
- Kohama, H. (2015). Balanços Públicos: Teoria e Prática, 3ª edição. Grupo GEN. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522496136> (BCE-UNB)
- Kahneman D. (2003). A perspective on judgment and choice: mapping bounded rationality. *The American psychologist*, 58(9), 697-720. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.58.9.697>
- Lien, D., & Balakrishnan, N. (2005). On Regression Analysis with Data Cleaning via Trimming, Winsorization, and Dichotomization. *Communications in Statistics - Simulation and Computation*, 34(4), 839-849. <https://doi.org/10.1080/03610910500307695>

- Lima, S.C. D., & Diniz, J. A. (2016). Contabilidade Pública - Análise Financeira Governamental. Grupo GEN. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597008395> (BCE-UNB)
- Maia, A. G. (2017). *Econometria Conceitos e Aplicações*. Saint Paul Publishing (Brazil). <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580041286> (BCE-UNB)
- Martinez, A. L., Santana Júnior, J. L. D., & Sena, T. R. (2022). Agressividade tributária como fator determinante do conservadorismo condicional no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33, e1484. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20221484.pt>
- Matias-Pereira, J. (2016). Manual de metodologia da pesquisa científica. Grupo Gen-Atlas.
- Melo, L. N. L., & Monteiro, D. F. B. (2020). Gestão de processos na administração pública: o caso da Diretoria de Cálculos e Perícias do município de Belo Horizonte. *Revista de Gestão e Projetos*, 11(3), 136-154. <https://doi.org/10.5585/gep.v11i3.18469>
- Moulick, A. G., & Taylor, L. L. (2017). Fiscal slack, budget shocks, and performance in public organizations: Evidence from public schools. *Public Management Review*, 19(7), 990–1005. <https://doi.org/10.1080/14719037.2016.1243813>
- Nisbett, R. E. (2013). Rules for reasoning. <https://doi.org/10.4324/9780203763230>
- Nguyen-Hoang, P. (2019). Does the Cost-Cutting Strategy of Closing Public Schools Provide Financial Benefits? Evidence From Ohio. *Public Budgeting & Finance*, 39(3), 3–21. <https://doi.org/10.1111/pbaf.12236>
- Oliveira, V. E. de, Menezes Filho, N. A., & Komatsu, B. K. (2022). A relação entre a qualidade da gestão municipal e o desempenho educacional no Brasil. *Economia Aplicada*, 26(1), 81-100. <https://doi.org/10.11606/1980-5330/ea148736>
- Rátis, S. P. N., & da Costa, F. M. (2013). Determinantes para o atraso na divulgação das contas públicas anuais dos municípios do Estado do Espírito Santo. <https://anpcont.org.br/pdf/2013/CUE027.pdf>
- Sassi, C. P., Perez, F. G., Miyazato, L., Xiao, Y., Silva, P. H. F. D., & Louzada, F. (2012). Modelos de regressão linear múltipla utilizando os softwares R e Statistica: uma aplicação a dados de conservação de frutas. <https://repositorio.usp.br/bitstreams/1710e431-9f8a-471e-9b1c-4eba205beafd>
- Santos, L. J. S. dos, Libonati, J. J., dos Santos, J. M. A., Vieira, A. A., & Bezerra Filho, J. E. (2023). Um estudo sobre irregularidades nas contas de governo dos municípios pernambucanos e sua relação com perfis de prefeitos e características socioeconômicas dos municípios. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, 21(4), 2232-2257. <https://doi.org/10.55905/oelv21n4-026>

- Secretaria do Tesouro Nacional - STN. (2024). *Cartilha para extração de dados Finbra*. Siconfi. (https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/arquivo/conteudo/Cartilha_do_Finbra_2023.pdf)
- Silva, E. J. da, & Sales Filho, M. A. (2018). A Influência do Grau de Instrução do Gestor Público no Desempenho Financeiro dos Municípios. In *Anais do XVIII USP International Conference in Accounting*.
- Silva, H. H. M. da, & Bezerra Filho, J. E. (2023). Determinantes do Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Análise da Dimensão Planejamento. *SINERGIA - Revista Do Instituto De Ciências Econômicas, Administrativas E Contábeis*, 27(2), 105–119. <https://doi.org/10.17648/2236-7608-v27n2-15301>
- Silveira, D. T., & Córdova, F. P. (2009). A pesquisa científica. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213838/000728731.pdf>
- Simon, H. A. (1992). What is an “explanation” of behavior?. *Psychological science*, 3(3), 150-161. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.1992.tb00017.x>
- Supremo Tribunal Federal. (2023). Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 819. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6147127>
- Tingjin, L. (2012). The promotion logic of prefecture-level mayors in China. *China: An International Journal*, 10(3), 86-109. <https://doi.org/10.1353/chn.2012.0032>.
- Wooldridge, J. M. (2019). Correlated random effects models with unbalanced panels. *Journal of Econometrics*, 211(1), 137-150. <https://doi.org/10.1016/j.jeconom.2018.12.010>